



Demonstração de Resultados por Natureza do período
findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de Corfebol

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	33.490,70	17.326,29
Subsídios, doações e legados à exploração	7	150.007,49	137.912,21
Fornecimentos e serviços externos	6	(67.206,73)	(62.339,40)
Gastos com o pessoal	9	(35.365,74)	(29.241,55)
Outros rendimentos	6	11.800,63	11.155,96
Outros gastos	6	(78.400,29)	(46.186,75)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14.326,06	28.626,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(13.709,33)	(21.083,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		616,73	7.542,79
Juros e gastos similares suportados	5	(1.193,35)	(661,50)
Resultado antes de impostos		(576,62)	6.881,29
Resultado líquido do período		(576,62)	6.881,29

A Direção

Contabilista Certificado 73998

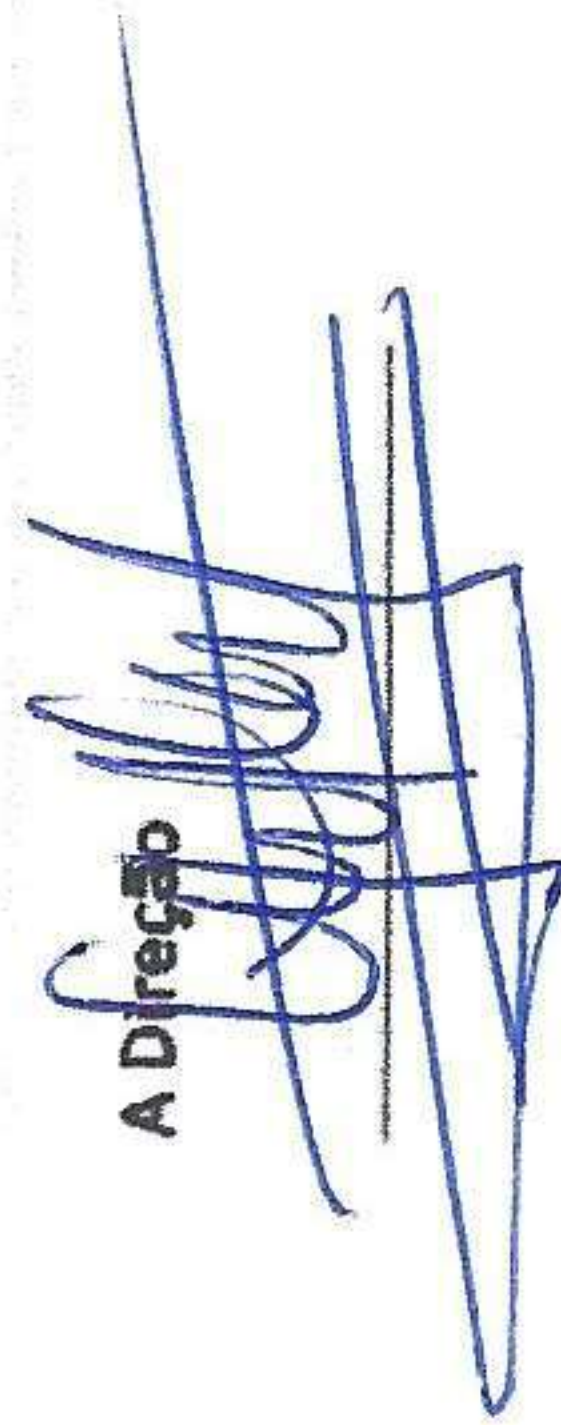
David Santiago



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2018
 (montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 6		2.377,89			(3.550,62)	6.300,00	18.922,71	6.881,29	30.931,27		30.931,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO 3											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais 7							9.722,84		9.722,84		9.722,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8							9.722,84		9.722,84		9.722,84
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								(576,62)	(576,62)		(576,62)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								9.146,22	9.146,22		9.146,22
Distribuições 10		6.881,29						(6.881,29)			
		6.881,29						(6.881,29)			
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 6+7+8+10		9.259,16			(3.550,62)	6.300,00	28.645,55	(576,62)	40.077,49		40.077,49

A Direção


Contabilista Certificado 73998


 Contabilista Certificado 73998

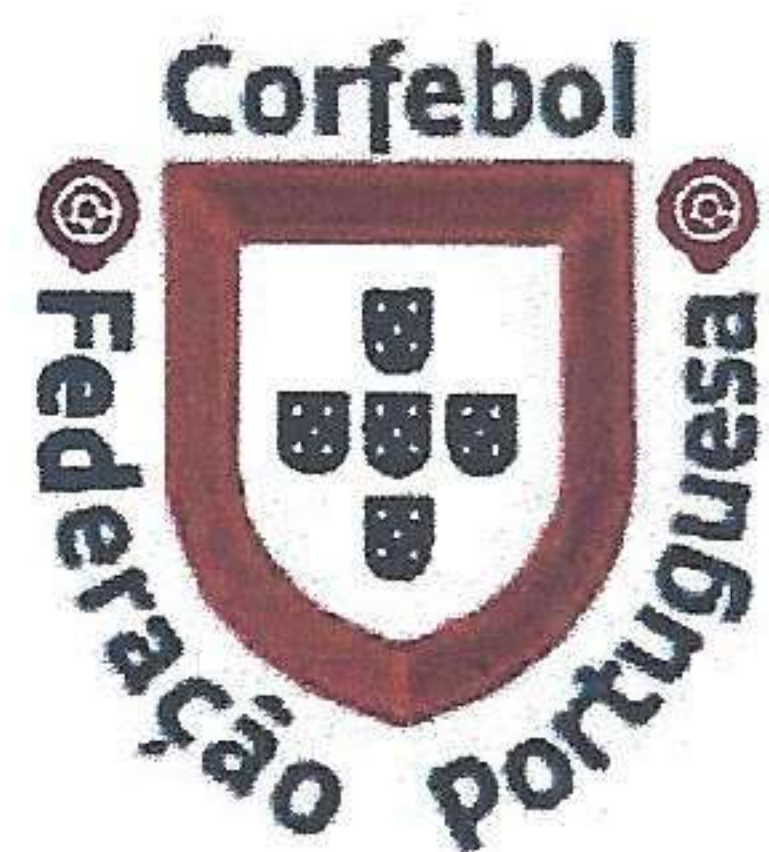
Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 1					(13.506,17)	6.300,00	20.658,00	12.333,44	25.785,27		25.785,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(1.735,29)		(1.735,29)		(1.735,29)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3	2						(1.735,29)		(1.735,29)		(1.735,29)
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								6.881,29	6.881,29		6.881,29
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações	5	2.377,89			9.955,55			(12.333,44)			
		2.377,89			9.955,55			(12.333,44)			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6=1+2+3+5		2.377,89			(3.550,62)	6.300,00	18.922,71	6.881,29	30.931,27		30.931,27

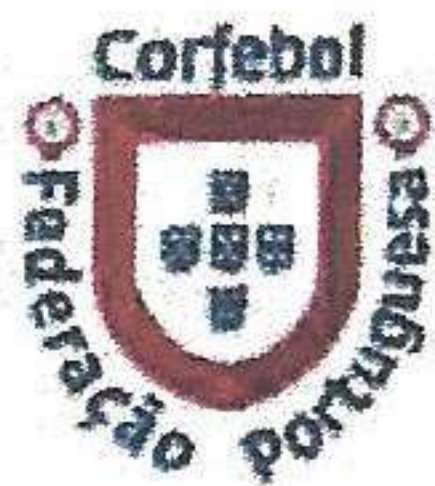
A Direção

Contabilista Certificado 73998

David Santos



Demonstração dos Fluxos de Caixa



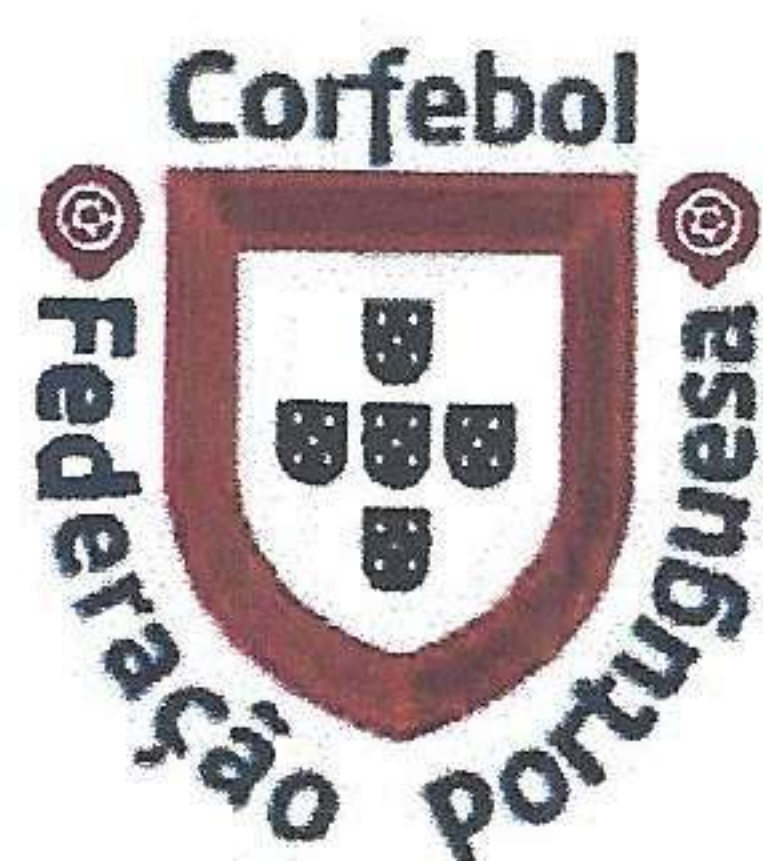
Demonstração de Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de Corfebol

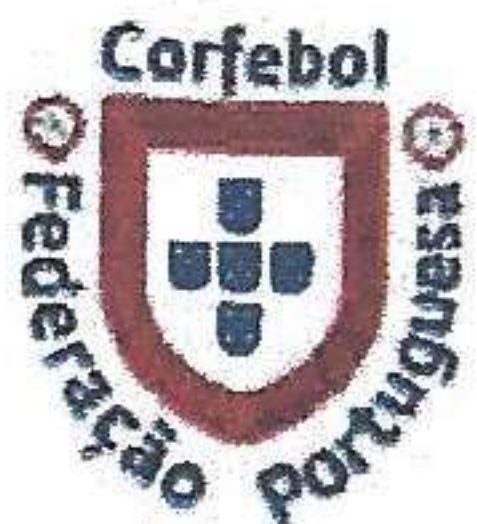
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		26.420,70	17.326,29
Pagamentos a fornecedores		148.240,07	60.577,97
Pagamentos ao pessoal	9	21.818,10	28.949,64
Caixa gerada pelas operações		(143.637,47)	(72.201,32)
Outros recebimentos/pagamentos		145.126,99	102.627,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.489,52	30.426,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4		25.781,75
Investimentos financeiros		25,59	
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento			1.675,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(25,59)	(24.106,13)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	35.000,00	25.858,19
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	33.849,14	23.280,47
Juros e gastos similares	5	586,35	661,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		564,51	1.916,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.028,44	8.236,16
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	11.597,13	3.360,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	13.625,57	11.597,13

A Direção

Contabilista Certificado 73998



Anexo às Demonstrações Financeiras



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Corfebol, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, nº 41/94, na 2ª série, nº 209 de 9 de Setembro.

Número de identificação de pessoa coletiva: 502610298.

Lugar da sede social: Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa.

Endereço eletrónico: fpcorfebol@gmail.com

Página da internet: www.fpcorfebol.pt

Natureza da atividade:

A Federação Portuguesa de Corfebol, tem por objecto:

- a) Promover, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do Corfebol no país;
- b) Estabelecer e manter relações com as colectividades suas filiadas;
- c) Estabelecer e manter relações com a Federação Internacional de Corfebol;
- d) Representar a modalidade dentro e fora do país;
- e) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- f) Organizar anualmente provas consideradas convenientes à expansão de desenvolvimento do Corfebol a nível nacional.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

A Direção

Contabilista Certificado 73998

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em domingo, 31 de dezembro de 2017.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

A Direção



Contabilista Certificado 73998



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

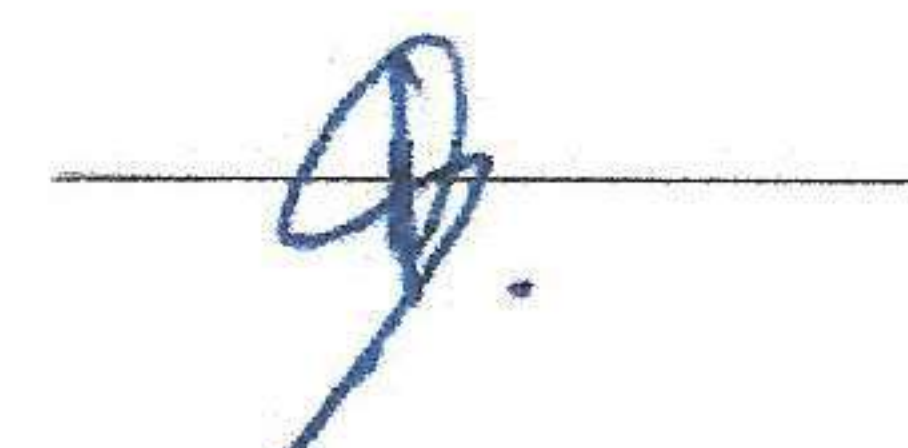
- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

A Direção



Contabilista Certificado 73998



Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	3-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) "os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas":

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, "só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos. Os ativos fixos tangíveis estão a ser depreciados à taxa máxima.

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			58.136,71	17.400,00	6.203,46					81.740,17
Depreciações acumuladas			24.968,76	11.404,00	5.139,27					41.592,03
Saldo no início do período			33.167,95	5.916,00	1.064,19					40.148,14
Variações do período			10.948,56	(2.838,84)	(637,80)					7.411,92
Total de aumentos			21.121,25							21.121,25
Aquisições em primeira mão			21.121,25							21.121,25
Total diminuições			10.172,69	2.838,84	637,80					13.709,33
Depreciações do período			10.172,69	2.838,84	637,80					13.709,33
Outras transferências					0,00					0,00
Saldo no fim do período			44.116,51	3.017,16	426,39					47.560,06
Valor bruto no fim do período			79.257,96	17.400,00	6.203,46					102.861,42
Depreciações acumuladas no fim do período			35.141,45	14.382,84	5.777,07					55.301,36

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			39.803,85	17.400,00	4.754,57					55.958,42
Depreciações acumuladas			10.434,58	5.742,00	4.331,48					20.508,06
Saldo no início do período			29.369,27	11.658,00	423,09					35.450,36
Variações do período			9.798,68	(5.742,00)	641,10					4.697,78
Total de aumentos			24.332,86		1.448,89					25.781,75
Aquisições em primeira mão			24.332,86		1.448,89					25.781,75
Total diminuições			14.534,18	5.742,00	807,79					21.083,97
Depreciações do período			14.534,18	5.742,00	807,79					21.083,97
Saldo no fim do período			33.167,95	5.916,00	1.064,19					40.148,14
Valor bruto no fim do período			58.136,71	17.400,00	6.203,46					81.740,17
Depreciações acumuladas no fim do período			24.968,76	11.404,00	5.139,27					41.592,03

A Direção

Contabilista Certificado 73998

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2018 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 1.193,35 euros.

5.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		14.833,47		1.457,56	1.193,35				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		14.833,47		1.457,56	1.193,35				
Empréstimos específicos									
Total dos empréstimos		14.833,47		1.457,56	1.193,35				

5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	1.193,35	661,50
Juros de financiamentos suportados	1.193,35	661,50
Juros de empréstimos bancários	1.193,35	
Juros de contratos de cartões de crédito		661,50

A Direção

Contabilista Certificado 73998

6 - Rendimentos e gastos

- 6.1. **Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

- 6.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	33.490,70	17.326,29
Outros réditos	161.808,12	149.068,17
Total	195.298,82	166.394,46

A rubrica de outros réditos divide-se da seguinte forma:

Subsídios, doações e legados à exploração - 150.007,49 euros

Outros rendimentos - 11.800,63 euros

- 6.3. **Outros Rendimentos**

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Outros Rendimentos	11.800,63	11.155,96	6.118,36
Imputação de Subsídios para Investimentos	6.190,35	8.410,91	5.742,00
Outros	5.610,28	2.745,05	375,05
Rendimentos de Outros Juros			1,31

- 6.4. **Outros Gastos**

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Outros Gastos	78.400,29	46.186,75	51.700,62
Impostos	626,13	456,01	21,15
Correções de Exercícios Anteriores			
Donativos	375,00	100,00	
Quotizações	5.885,00	4.105,00	5.185,00
Outros	71.204,32	41.326,89	46.494,06
Outros Gastos de Financiamentos	264,21		